

1 Nos dias 28 e 29 de agosto de dois mil e sete na sala de reuniões do Departamento de Patrimônio
2 Genético – DPG, situ a SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília – DF, realizou-se a 25ª
3 Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO. Estavam presentes no
4 primeiro dia da reunião os seguintes membros da Comissão: Sra. **Maria Cecília Wey de Brito**
5 (presidente), Sr. **Braulio Ferreira de Souza Dias** (suplente), representante do Ministério do Meio
6 Ambiente – MMA; Sra. **Iolita Bampi** (suplente), representante do Instituto Brasileiro do Meio
7 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Sr. **Rogério Pereira Dias** (titular),
8 representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sra. **Ione Egler**
9 (titular), representante do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Sr. **André Fenner** (suplente),
10 representante do Ministério da Saúde - MS; Sra. **Sônia Machado de Campos Dietrich** (titular),
11 representante da Academia Brasileira de Ciências - ABC; Sras. **Eliane Anjos** (titular), representante
12 da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. **Lúcio Flores** (titular), representante da
13 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; Sra. **Maria Adélia**
14 **Oliveira** (titular), representante dos Movimentos Sociais indicados pelo Fórum de ONG's e
15 Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Sr. **César Victor do Espírito**
16 **Santo** (suplente), representante das Organizações Não-Governamentais Ambientalistas indicada
17 pelo Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Sr. **José**
18 **Alberto de Lima Ribeiro** (titular), representante do Movimento Nacional dos Pescadores –
19 MONAPE e o Sr. **Charles Clement** (suplente), representante da Sociedade Brasileira para o
20 Progresso da Ciência - SBPC. Os seguintes convidados estavam presentes à reunião: Sr. **Lídio**
21 **Coradin**, Sr. **Daniela Cruz de Carvalho**, Sra. **Ana Paula Pinho**, Sr. **Túlio Dias Brito**, Sra. **Elisa**
22 **Romano Dezolt**, Sr. **Cid Caldas**, Sr. **Rodrigo Roubach**, Sr. **Márcio Antônio Teixeira Mazzano**,
23 Sra. **Luciane Lopes de Freitas**, Sra. **Thaís Chueiri**, Sra. **Aline Hanriot**. Também estavam
24 presente as Sras. **Gláucia Jordão Zerbini** e **Érica Frazão Pereira** e o Sr. **Felipe Diniz** da
25 Secretaria Executiva da CONABIO. No segundo dia da reunião estavam presentes, além dos
26 representantes anteriormente referidos, Sra. **Márcia da Silva Quadrado** (titular), representante do
27 Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Sra. **Márcia Chame** (titular), representante do
28 Ministério da Saúde – MS; e **Grace Dalla Pria Pereira** (suplente), representante da Confederação
29 Nacional da Indústria – CNI; Sra. **Fani Mamede** (titular), representante da Confederação Nacional
30 dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e os convidados, Sr. **Fernando Estellita Lins de**
31 **Salvo Coimbra**, Sr. **Arnoldo Campos**, Sra. **Luísa Ramos Caetano**, Sra. **Patrícia Siqueira de**
32 **Medeiros** e Sra. **Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos**. A pauta da reunião compreendeu os
33 seguintes itens: **1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO DAS ATAS**
34 **(13ª Reunião Extraordinária, 23ª e 24ª Reuniões Ordinárias); 4. ASSUNTOS PARA**

35 **DELIBERAÇÃO: 4.1 Minuta de Deliberação sobre Biocombustíveis e Biodiversidade; 5.**
36 **INFORMES: 5.1 Relato sobre as Reuniões da CDB que ocorreram em Paris (12a Reunião do**
37 **SBSTTA e na 2a Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Revisão da Implementação da CDB;**
38 **6. OUTROS ASSUNTOS: 6.1 Situação e risco de ameaça das Reservas do Projeto Dinâmica**
39 **Biológica de Fragmentos Florestais (INPA), em Manaus; 6.2 Planejamento para a discussão**
40 **do PAC e Biodiversidade; 7. ENCERRAMENTO.** No dia 28 de setembro a reunião teve início às
41 14h55, com a palavra da Secretária de Biodiversidade e Florestas e Presidente da CONABIO **Maria**
42 **Cecília Wey de Brito.** O Sr. **Braulio Dias** fez um breve relato do que seria tratado durante a
43 reunião e lembrou alguns assuntos abordados nas reuniões anteriores e pendências como a
44 indicação pelos membros da comissão, de convidados e temas mais específicos para a próxima
45 reunião, que continuará discutindo o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Pediu que nos
46 dois dias de reunião se avançasse na discussão da minuta de deliberação sobre biocombustíveis, e
47 relatou que a mesma ainda não seria fechada visto muitos pedidos de complementação e
48 participação na discussão de outros segmentos do Governo. Disse que após essa discussão seria
49 disponibilizado o texto para todos os representantes e setores interessados para que nos auxiliem
50 com sugestões para deliberar na próxima reunião. O Sr. **Túlio Dias** solicitou um espaço de 10
51 minutos para fazer uma breve apresentação sobre os instrumentos econômicos e sobre a CNA, o que
52 foi acatado para o segundo dia de reunião, antes da discussão sobre incentivos prevista na pauta.
53 Foram feitas algumas sugestões de alteração na pauta. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu a colocação da
54 Sra. **Ione Egler** sobre a idéia do Ministério do Meio Ambiente e do MCT de promover ainda este
55 ano uma reunião nacional de consulta sobre como melhorar o subsídio, a contribuição científica
56 para as discussões no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica e mesmo, também, no
57 plano nacional, para subsidiar uma tomada de decisões políticas na área de biodiversidade. Explicou
58 também o papel do Imoseb. A Sra. **Ione Egler** pediu que se esclarecesse durante a reunião a
59 importância de promover debates e consultas públicas sobre a formulação de propostas referentes à
60 política nacional da biodiversidade, sendo acrescentado mais este item na pauta. A pauta foi
61 aprovada com algumas alterações na ordem dos assuntos a serem abordados. O Sr. **Rogério Dias**
62 sugeriu que fosse criada uma Câmara Técnica Temporária sobre Biocombustíveis e Biodiversidade,
63 com a participação dos setores envolvidos, dada a complexidade do assunto, para elaboração de um
64 documento mais substanciado para apreciação da plenária da CONABIO. O Sr. **Túlio Dias** sugeriu
65 a criação de uma Câmara Técnica Permanente para discussão de assuntos jurídicos para auxiliar os
66 trabalhos da CONABIO. O Sr. **Braulio Dias** argumentou que todos os documentos gerados pela
67 CONABIO passam por uma consultoria jurídica no MMA, que cumpre bem este papel, mas que o
68 assunto pode ser estudado. Passou-se à aprovação das atas. A ata da 23ª Reunião Ordinária foi

69 aprovada por nove votos a favor e três abstenções. Quanto à ata da 24ª Reunião Ordinária, foram
70 feitas algumas correções e antes de aprovada com nove votos a favor e duas abstenções. O Sr.
71 **Braulio Dias** cobrou o encaminhamento das correspondências oficiais das entidades membros da
72 Comissão confirmando e/ou indicando novos membros e suplentes e informou sobre o
73 encaminhamento para publicação da nova Portaria. A Sra. **Iolita Bampi** questionou quais medidas
74 seriam adotadas para representação do Instituto Chico Mendes após o desmembramento do
75 IBAMA. O Sr. **Braulio Dias** explicou que quem possui assento na CONABIO é o IBAMA, mas
76 que o Instituto Chico Mendes poderia enviar uma solicitação para participar da Comissão. Neste
77 caso, a decisão deverá ser tomada em Plenária, considerando também os pedidos anteriores do
78 Ministério da Defesa e do Ministério de Minas e Energia. Explicou ainda que o fato dos
79 representantes do IBAMA, agora pertencerem ao Instituto Chico Mendes, não gera impedimento
80 para exercer a função. O Sr. **Charles Clement** realizou uma breve apresentação sobre a
81 problemática de um Projeto de longa duração conduzido pelo INPA e que está sendo ameaçado pela
82 tentativa de inclusão social do Ministério de Indústria e Comércio via sua agência, a SUFRAMA,
83 dada a implantação de assentamentos agrícolas ilegais. Após sua explanação solicitou que a
84 Comissão auxiliasse a resolução da problemática através de algum mecanismo legal. A Sra. **Maria**
85 **Cecília Brito** sugeriu que fosse tentado um levantamento com a própria SUFRAMA de um
86 cadastro dos 700 lotes de assentados, para verificar o que deveria ou não permanecer na área. O Sr.
87 **Charles Clement** esclareceu que o órgão responsável pelo licenciamento no estado do Amazonas é
88 o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM, cabendo ao IBAMA apenas a
89 fiscalização de áreas de relevante interesse ecológico. A Sra. **Eliane Anjos** pediu que a Comissão se
90 preocupasse com a harmonização da ocupação da terra em relação ao patrimônio de biodiversidade
91 e ao patrimônio ecológico. Considerou urgente a resolução da questão e sugeriu fazer uma
92 discussão mais ampla de como está sendo feito o gerenciamento do uso do solo no País e sobre a
93 inclusão social, respeitando a legislação. O Sr. **Braulio Dias** considerou relevante a proposta de
94 ampliação dessa discussão e inclusão na lista de assuntos a serem tratados pela Comissão, porém
95 sem deixar de lado os assuntos acordados no cronograma temático para 2007. Comentou sobre as
96 propostas levantadas pelo Sr. Charles Clement: primeira de transformar todo o distrito numa
97 unidade de conservação; encaminhamento de uma moção, endereçada à SUFRAMA, que é um
98 órgão vinculado ao MDIC, ou ao próprio MDIC encaminhando alguns questionamentos e pedindo
99 certas providências. Com relação à expansão da área de relevante interesse ecológico, questionou se
100 ainda existia essa categoria na nova estrutura do SNUC, objetivando-se estudar mais amplamente
101 uma proposta com relação ao próprio distrito. Também comentou que a Sra. Maria Cecília Brito
102 houvera sugerido um olhar sobre o que existe de recomendações no âmbito do próprio Projeto

103 Corredores (Corredor Ecológico da Amazônia Central), e, além disso, o mapa das áreas prioritárias
104 para biodiversidade, que o Ministério coordena. Sugeriu que se conduzisse esse processo em
105 paralelo, fazendo uma demanda para o MDIC, outra demanda interna com relação ao Ministério do
106 Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes, e ainda ao MCT, visto que é um projeto de interesse do
107 INPA, e este é vinculado ao MCT. A partir das sugestões levantadas foi montado um pequeno
108 grupo de trabalho para redigir o texto da moção para ser discutido em plenária no dia seguinte.
109 Também foi decidido que o texto deveria ser amarrado com a parte institucional, do que já existe de
110 programa do Governo para aquela região, e embasado em informações sobre corredores ecológicos,
111 áreas prioritárias para biodiversidade e áreas protegidas. Passou-se para a discussão do PAC. O Sr.
112 **Braulio Dias** mencionou as duas palestras iniciais feitas por representantes da Casa Civil e do
113 Planejamento, que deram uma idéia geral do programa PAC. Passou como tarefa a identificação dos
114 aspectos da biodiversidade relacionados ao Programa e dentre as ações propostas quais têm
115 relevância para a questão da biodiversidade e merecem um aprofundamento. Levantou como
116 possibilidades: identificar especialistas que possam ser convidados para discutir com os membros e
117 auxiliá-los na identificação de aspectos relacionados à biodiversidade do PAC; outra possibilidade
118 seria organizar um seminário sobre o PAC; ou ainda, criar um grupo de trabalho temporário para
119 aprofundar a questão e trazer para o plenário uma proposta de recomendação. A Sra. **Maria Adélia**
120 questionou se poderiam ser modificadas as coisas definidas no PAC e se poderiam ser chamados
121 mais alguns convidados para apresentarem o tema. O Sr. **Bráulio Dias** informou que o PAC é um
122 programa de governo aprovado pelo Executivo, e com vários instrumentos de implementação
123 aprovados no Congresso, porém, outros ainda aguardam aprovação. Disse que muitas obras
124 propostas no PAC possuem um mapeamento no Governo e que muitas ainda não têm processo de
125 licenciamento. Após o deferimento, existirão três etapas de licenciamento: licenciamento prévio,
126 implantação e operação. Cada fase apresenta exigências específicas, e o atendimento dessas
127 exigências possibilita ir para a fase seguinte. Esclareceu que a decisão de lançar e implementar o
128 PAC, já está tomada e os projetos já estão escolhidos. Porém, a análise de potenciais impactos, é um
129 processo dinâmico, assim como a adoção de medidas compensatórias. A plenária da Comissão pode
130 concluir que seja muito interessante concentrarmos uma discussão sobre esses instrumentos de
131 avaliação ambiental estratégica ou integrada e ver como é que questão da biodiversidade está sendo
132 tratada. Pode também querer fazer uma discussão sobre questões de compensação e ver orientações
133 do ponto de vista de biodiversidade. O Sr. **Rogério Dias** comentou que talvez a proposta mais
134 plausível fosse realmente criar um grupo técnico para analisar o que foi feito, como levantamentos,
135 estudos do que está causando maior impacto potencial, espécies ameaçadas, etc. Das discussões
136 geradas poderia sair ou uma deliberação ou uma moção, dependendo do caso específico. O Sr.

137 **Braulio Dias** esclareceu que a CDB discutiu e aprovou diretrizes de como incorporar
138 adequadamente os temas de biodiversidade nas avaliações ambientais estratégicas, atualizadas na
139 COP8, através de uma deliberação. A CONABIO poderia utilizar esses instrumentos para criar
140 também uma deliberação. Considerou a sugestão do Sr. **Rogério Dias** possível desde que a
141 Comissão mapeie o que está sendo feito em termos de identificação desses potenciais impactos e
142 em termos de como lidar com isso. A Sra. **Ione Egler** informou que o que a plenária está querendo
143 saber o que está sendo feito pelo Centro Gestor de Estudos Estratégicos, contratado pelo Ministério
144 do Planejamento, ou seja, uma avaliação ambiental integrada dos projetos do PAC de investimento
145 2007/2010. Sugeriu trazer o conselheiro **Gustavo Lino** e sua equipe para realizar uma apresentação,
146 para a plenária. Informou que está havendo uma discussão entre trabalhar a questão ambiental mais
147 com critérios qualitativos do que quantitativos, e que no aspecto quantitativo o País não tem
148 oferecido base de dados para dar sustentação. O Sr. **Lúcio Flores** pediu que fosse discutido o tema,
149 a partir das preocupações que os povos indígenas têm em relação ao PAC. O Sr. **Braulio Dias**
150 agradeceu as colocações do Sr. **Lúcio Flores** e disse que não se deveria pressupor que não há
151 espaço para diálogo entre lideranças e povos indígenas e Governo, que sempre há um diálogo
152 constante com a coordenação do Governo no sentido da necessidade de se incorporar cada vez mais
153 os aspectos ambientais em todo esse planejamento. Questionou se a COIAB possuía algum estudo,
154 algum levantamento, alguma análise preliminar com relação a esses impactos e que pudesse ser
155 trazida para a Comissão. O Sr. **Lúcio Flores** disse que os povos indígenas não têm um estudo
156 específico, porém que outras organizações possuem. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu identificar esses
157 parceiros e convidá-los para realizar uma apresentação. Disse que poderíamos entrar em contato
158 com o Ministério do Planejamento e assumir esse compromisso de fazer esse contato e convite, para
159 a próxima reunião termos uma apresentação, que auxiliaria a dar um panorama geral sobre a
160 temática. Quanto à questão específica indígena, poderíamos receber sugestões específicas do Sr.
161 **Lúcio Flores** dos parceiros que estão olhando a questão de impactos de obras de infra-estrutura
162 com relação a povos indígenas, e trazê-los para uma discussão nesta comissão. O Sr. **Braulio Dias**
163 propôs que se começasse a discutir as duas propostas iniciais e decidir os próximos passos, após
164 avaliar se os estudos apresentados satisfizeram ou não a Comissão. Em relação à parceria entre o
165 MMA e o MME, propôs convidar alguém para fazer uma exposição sobre como está sendo
166 elaborado o estudo, o cronograma, quem está participando, quais são os critérios, etc. Também
167 disse que poderiam decidir olhar os critérios que norteiam esses instrumentos de análise da
168 biodiversidade, que eventualmente julgarem estar recebendo pouca atenção de impactos ambientais,
169 seja de forma agregada ou regional, podendo ser conveniente a promoção de uma discussão sobre a
170 incorporação de critérios. Todos concordaram em dar esse andamento convidando o Ministério do

171 Planejamento, o Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia e as lideranças
172 indígenas representadas pelo Lúcio. Sugeriu ainda a indicação de parceiros e especialistas para
173 promover essa discussão mais focada na questão de terras indígenas em relação a essas obras.
174 Existe uma insatisfação geral no âmbito Convenção de Biodiversidade e junto à comunidade
175 acadêmica em vários países de que a Convenção não tem mecanismos adequados para fazer uma
176 ponte com a comunidade científica e receber uma orientação adequada para subsidiar a sua tomada
177 de decisão sobre temas políticos de biodiversidade. O órgão científico da Convenção, o SUBSTTA
178 - Órgão Subsidiário de Aconselhamento Científico, Técnico e Tecnológico, funciona como uma
179 reunião preparatória para as reuniões da COP. Trata-se de uma reunião política diplomática muito
180 formal em que cada país intervém e levanta sua bandeira. Não existem debates e nem diálogos;
181 somente as intervenções dos países. A maior parte da discussão no SUBSTTA é de caráter político
182 e também possui aspecto científico. Quando o IPCC foi criado não existia a Convenção de
183 Mudanças Climáticas. O IPCC sendo um mecanismo intergovernamental e não pertencendo à
184 Convenção, promove dúvidas quando se fala na Convenção sobre Biodiversidade. Como já existe a
185 Convenção, criar outro organismo intergovernamental, com necessidade de negociação e de
186 financiamento, pode-se criar um processo em paralelo. Em função disso o Governo francês
187 promoveu a criação de um processo de consulta chamado Imoseb, como mencionado pela Sra. Ione
188 Egler, que é um processo de consulta para identificar possíveis mecanismos através de um comitê
189 coordenador internacional com representantes de vários países. Esse Comitê organizou três reuniões
190 de consultas regionais, uma na América do Norte, uma na Europa e na África. Em breve estarão
191 organizando consultas na Ásia e na América Latina. Na América Latina eles consultaram o Brasil
192 sobre o possível interesse de participação, porém, o Itamaraty achou que no formato com que está
193 sendo feita essa consulta internacional do Imoseb seria complicado, já que a consulta é aberta,
194 identificando mecanismos dentro e fora da Convenção. O Itamaraty entende que deveríamos
195 reforçar a Convenção, discutindo e criando processos e mecanismos, dentro da Convenção, para
196 reforçá-la. Houve uma reunião recentemente em São Paulo organizada pelo Programa Biota/Fapesp,
197 onde foi discutida uma possível solução, que seria promover através do Ministério do Meio
198 Ambiente e do Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com organizações científicas
199 brasileiras, uma consulta nacional sobre opções de mecanismos para fazer essa ponte entre a
200 academia e tomar decisão política. Essa parceria seria restrita ao âmbito da convenção, contribuindo
201 para seu fortalecimento. A Sra. **Ione Egler** disse que o IPCC estuda o assunto biodiversidade de
202 modo extenso, podendo gerar mais dificuldade do que facilidade. O Sr. **Braulio Dias** falou que
203 precisam pensar minimamente a estrutura e a composição dessa primeira reunião para fazer um
204 levantamento de possíveis modelos alternativos, para levar ao Itamaraty no plano internacional e

205 aqui para o Ministério do Meio Ambiente, em particular, e MCT, no plano nacional, para avaliar
206 sua viabilidade. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu o Imoseb fará uma consulta específica com relação à
207 parte da ciência. O Itamaraty, como coordenador de negociações internacionais do Brasil, entendeu
208 que esse processo tem um vício de origem, que discute a criação de painéis fora da convenção, sem
209 discutir como fortalecê-la. Sobre a verificação do interesse do Brasil em fazer uma reunião de
210 consulta regional para o Imoseb, a posição do Governo brasileiro é contrária. Porém, foi importante
211 abrir um espaço para que a comunidade científica brasileira possa ajudar a trazer idéias para levar
212 para esse processo. Nessa reunião em São Paulo surgiu esta opção de fazer uma consulta nacional.
213 Os organizadores do Imoseb fizeram um arranjo para aproveitar o Congresso de Parques que vai
214 acontecer em Bariloche, em outubro próximo, para fazer uma consulta regional. Existem prós e
215 contras nesse processo, porque o público que vai para um congresso de parque não reflete todos os
216 temas e as preocupações e os aspectos científicos ligados à biodiversidade. Para que o Brasil não
217 fique de fora do processo, a comunidade científica foi indicada e valorizada para participação e
218 resgate de idéias, para levarmos essa discussão no plano internacional. A Sra. **Sônia Dietrich** disse
219 que a idéia realmente surgiu porque a Academia ou o conhecimento científico pode ajudar a tomada
220 de decisões, buscando-se ter opiniões globais. Sugeriu que fossem convidadas instituições que
221 tenham uma experiência grande com discussões sobre biodiversidade e que possam em conjunto
222 chegar há alguma informação ou coleta de informações e de opiniões para subsidiar as decisões do
223 Governo. O Sr. **André Fenner** mostrou-se preocupado com o curto tempo para realização desse
224 processo. Questionou até que ponto essa consulta não estaria legitimando o processo do Imoseb. O
225 Sr. **Braulio Dias** mais uma vez explicou que o Imoseb está trabalhando num cronograma para
226 tentar concluir essa consulta internacional neste ano, e possa submeter eventuais propostas na
227 próxima reunião do SUBSTTA, que vai ocorrer em janeiro ou fevereiro do ano vem. Este processo
228 internacional é uma oportunidade de consulta a muitos países, e podemos levar isso para o
229 SUBSTTA e, depois, possivelmente, se o SUBSTTA encampar, vai para a COP-9. Se quisermos
230 contribuir nesse processo teremos que fazer uma consulta, provavelmente ainda neste ano, em
231 condições de levar propostas para a reunião do SUBSTTA, no início do ano que vem, e estarmos
232 preparados para uma discussão para a COP-9. A Sra. **Ione Egler** questionou quando avançar numa
233 agenda Global, solicitando maior participação dos presentes sem tantas ressalvas. O Sr. **Lúcio**
234 **Flores** apontou sua preocupação em ficar discutindo uma coisa que nós não temos muita clareza.
235 Pediu que a Comissão estudasse uma forma de trabalhar em conjunto e como aproximar esse
236 diálogo com o Itamaraty, talvez através de um documento de uma comissão que pudesse fazer essa
237 discussão. O Sr. **Braulio Dias** disse não acreditar que a Comissão estivesse madura para colocar
238 isso numa deliberação da CONABIO. Esclareceu que não se trata de dizer que só a consulta à

239 Academia Científica é relevante para a Convenção. Existe um processo de consulta específico com
240 relação à consulta à comunidade científica internacional. Estamos tentando aproveitar essa possível
241 idéia de fazer uma consulta nacional e ver se conseguimos ter elementos para o Brasil ser um ator
242 relevante nessa discussão. A Sra. **Maria Adélia** comentou que praticamente todos os projetos
243 aprovados pela Comissão tiveram resultados, porém não se sabe quantas espécies protegemos e
244 mesmo tendo sido criadas novas áreas, quantas estão efetivamente sendo protegidas. A Sra. **Sônia**
245 **Dietrich** comentou que houve uma iniciativa, inclusive na COP-8, de se fazer um painel científico
246 para discutir assuntos ligados à biodiversidade, e que foi inclusive apoiado pelo IBAMA e pelo
247 Ministério da Ciência e Tecnologia. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que foi um processo de consulta
248 em preparação para a COP-8, onde vários setores foram mobilizados, inclusive a Academia. A
249 demanda do Imoseb é de fazer uma consulta internacional e, acreditamos estar mais do que na hora
250 de fazermos uma consulta nacional e discutir ambas as coisas: como contribuir para a convenção e
251 como melhorar a contribuição do impute em nível nacional. Esclareceu que o que está em jogo é a
252 participação formal do Governo brasileiro. O Sr. **Lídio Coradin** disse que o SUBSTTA tem uma
253 participação forte da diplomacia dos países, com participação dos governos, e aos poucos os
254 cientistas foram entendendo que não estavam sendo devidamente ouvidos, não tinham uma
255 participação efetiva nessa discussão. Disse que quando esteve na reunião, o seu papel foi dizer que
256 o Brasil concordava com esse movimento da França, mas desde que não fosse para criar um
257 SUBSTA II, e sim que fosse para reforçar o SUBSTA I. Comentou que recentemente, em Paris,
258 participou da comunicação do relatório da situação atual do Imoseb, onde foram definidas as
259 reuniões já realizadas em várias regiões do mundo e as reuniões ainda por realizar. Questionou a
260 movimentação do Brasil internamente e disse que o País vai ter esse grupo internacional liderado
261 pela França, se movimentando no sentido de buscar um espaço junto ao SUBSTA e à Convenção,
262 de modo a tentar interceder e fazer com que as suas idéias, iniciativas, sejam ouvidas de uma forma
263 mais clara. O Sr. **Braulio Dias** comprometeu-se em manter a Comissão informada dos próximos
264 passos e sobre um possível acordo com o Itamaraty. No dia 29 de agosto o Sr. **Fernando Coimbra**,
265 novo chefe da Divisão do Meio Ambiente do Itamaraty, fez um relato sobre as reuniões da CDB
266 que ocorreram em Paris. Relatou que conduziu a Delegação brasileira na 12ª Reunião do SBSTTA,
267 que se reuniu de 02 a 06 de julho último. Informou que esta reunião foi conjugada com a 2ª Reunião
268 do Grupo de Trabalho sobre a Revisão da Implementação da Convenção. A delegação brasileira foi
269 composta por representantes do Itamaraty, do MMA, do MCT, MAPA, MDIC e MS, a assessoria
270 do Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável e também pela
271 representação da sociedade civil, através da Sra. Edna Marajoara e de um representante da Via
272 Campesina, o Sr. Mateus Bressan, do Movimento Sem-Terra. Nessa reunião adotou-se uma série de

273 recomendações para serem encaminhadas à Conferência das Partes. Falou sobre uma recomendação
274 importante sobre a revisão da aplicação da abordagem ecossistêmica, onde foi reiterada a
275 importância dessa ferramenta para os trabalhos da Convenção. Relatou uma discussão entre
276 algumas delegações que gostariam que a recomendação reconhecesse a abordagem ecossistêmica
277 como a base de planejamento e gestão em nível nacional em detrimento de outros instrumentos e
278 práticas. Porém, a delegação brasileira e a maioria das delegações dos países em desenvolvimento
279 procuraram dar um enfoque mais preciso, reconhecendo a importância da ferramenta, mas não a
280 identificando como a base. Disse que a delegação brasileira procurou limitar uma discussão sobre
281 incentivos. Sobre o debate em torno da possibilidade de criação de novas metas, a delegação
282 brasileira procurou ressaltar que os desafios emergentes podem ser enfrentados no quadro existente
283 definido com relação a essa estratégia global, que já comporta objetivos ambiciosos, necessitando o
284 acréscimo de novas metas à estratégia. Disse que aproveitaram esse debate para assinalar algumas
285 das políticas importantes que o Brasil vem desenvolvendo nessa frente. Houve uma recomendação,
286 no item 4.1, referente à avaliação ecossistêmica do milênio. A esse respeito, a delegação, procurou
287 reconhecer a importância do relatório, mas sem deixar de destacar que por não ser um documento
288 negociado, não poderia comprometer as Partes no tocante às suas conclusões. A delegação
289 brasileira solicitou a retirada de uma referência a acesso livre a informações sobre biodiversidade.
290 Nossa delegação foi bem sucedida na inclusão de uma referência de que tal acesso fosse feito de
291 acordo com a legislação nacional e internacional. Conversou-se também, no contexto desse item,
292 sobre a iniciativa francesa de criação de mecanismo internacional de aconselhamento científico
293 sobre biodiversidade, o famoso IMoSEB - International Mechanism of Scientific Expertise on
294 Biodiversity. A delegação brasileira voltou a frisar a posição de que a Convenção de Diversidade
295 Biológica dispõe do seu próprio órgão científico, que é o SBSTTA, e que esforços das Partes devem
296 se concentrar no fortalecimento e aperfeiçoamento desse órgão e não na criação de outro
297 mecanismo, que poderia vir a enfraquecer a Convenção, que é a principal ferramenta internacional.
298 Foi retirada a proposta referente a essa iniciativa do texto da recomendação, com apoio majoritário.
299 Foi discutida e aprovada uma recomendação que trata de biodiversidade e mudança do clima. Como
300 houve uma discussão acirrada a respeito desse assunto, deverá voltar à pauta do SBSTTA, na sua
301 próxima reunião, no começo do ano que vem. Por solicitação do Brasil, o texto original da
302 Recomendação, que instava as Partes a identificar sub-regiões e ecossistemas vulneráveis à
303 mudança climática, foi emendado de modo a garantir que isso seja feito dentro das fronteiras
304 nacionais, preservando a soberania da cada País nos termos do terceiro artigo da Convenção.
305 Procuraram também focar a discussão da relação entre biodiversidade e mudança do clima à
306 dimensão da adaptação, evitando que idéias relacionadas à mitigação, pudessem desviar o foco do

307 mandato da Convenção. Foi discutida e negociada uma recomendação relativa a um tema incluído
308 como questão nova e emergente relacionada à conservação e uso sustentável de biodiversidade. No
309 debate sobre biodiversidade e biocombustíveis, a delegação brasileira efetuou um pronunciamento
310 apresentando informações sobre a produção de etanol no Brasil, com destaque para
311 desenvolvimentos tecnológicos, que têm permitido ganhos de produtividade, melhor captação de
312 água, redução na utilização de fertilizantes, proteção de solos; e assinalou levantamentos recentes
313 que apontam para a redução das taxas de desflorestamento na Amazônia ao mesmo tempo em que
314 se registraram incrementos na produção de Etanol. Voltaram a criticar o documento de apoio
315 preparado pelo Secretariado, ressaltando a superficialidade analítica do texto e o seu enfoque
316 desbalanceado, que destaca os impactos negativos sobre o meio ambiente dos biocombustíveis
317 líquidos e subestima a contribuição positiva de sua produção e uso para a conservação da
318 biodiversidade. Foram mencionados como exemplos de impactos positivos a redução das emissões
319 de gás de estufa, incremento da produtividade sobre áreas previamente cultivadas e a restauração de
320 áreas degradadas. Essas negociações culminaram na adoção de uma recomendação, que faz uma
321 síntese de alguns dos comentários feitos durante esse debate, e foram destacados alguns impactos
322 potencialmente positivos e alguns impactos potencialmente negativos do uso de biocombustíveis. A
323 recomendação considera não apenas os biocombustíveis líquidos, mas procura ampliar essa
324 discussão para todo tipo de biocombustíveis, sendo solicitado ao Secretário-Executivo a elaboração
325 de um relatório síntese contendo as propostas e as sugestões a serem formuladas pelas Partes. O
326 documento também convida as Partes e outros governos a fornecer informações relevantes a
327 respeito dos impactos sobre a biodiversidade ao longo do todo o ciclo de vida da produção e uso
328 dos biocombustíveis em geral, bem como esses vêm sendo tratados. Este relatório será submetido à
329 consideração da 9ª Conferência das Partes, a realizar-se em maio do ano que vem em Bohn. A
330 recomendação solicita ainda ao Secretário-Executivo identificar opções para consideração desse
331 tema nos diferentes programas de trabalho da Convenção, e assinala uma lista preliminar de
332 possíveis impactos positivos e negativos da produção e uso de biomassa. Atualmente encontram-se
333 na etapa de recolher essas informações, subsídios e propostas que estarão sendo encaminhadas ao
334 Secretariado. O resultado desse relatório será levado à consideração da Conferência das Partes.
335 Foram adotadas cinco recomendações pelo Grupo de Trabalho sobre a revisão da implementação. A
336 recomendação mais longa e detalhada é a 2/1, que trata da implementação do plano estratégico da
337 Convenção e enfoca mais precisamente os Planos de Ação e Estratégias Nacionais de
338 Biodiversidade. Trata-se de uma recomendação bastante detalhada e importante que incorporou
339 muitas das sugestões feitas pela delegação brasileira, que estruturou sua participação nessa reunião
340 visando assegurar um grau maior de efetividade às ações da Convenção e buscou direcionar as

341 ações para a dimensão da implementação. Procurou-se transmitir uma mensagem forte a respeito da
342 decisão que está sendo encaminhada à Conferência das Partes, com ênfase na insuficiência de
343 recursos financeiros e técnicos para alcançar esses objetivos. Isso requer a identificação de
344 estratégias no plano internacional que ajudem aos países de menor desenvolvimento a alcançar
345 esses objetivos. No contexto dessa recomendação, o Brasil também buscou assegurar que houvesse
346 clara referência aos três objetivos da Convenção na identificação de modalidades e recomendações
347 relacionadas aos planos de ação e estratégias nacionais de biodiversidade, questões como
348 capacitação, estratégias de comunicação, melhor coordenação, e que estão sendo levadas à
349 consideração da Conferência das Partes. Há uma Seção nessa recomendação sobre acesso e
350 transferência de tecnologia, que também é um aspecto importante. Além dessa recomendação, foi
351 adotada uma recomendação intitulada Opções e Estratégias de Mobilização de Recursos em Apoio
352 à Implementação da Convenção. Essa recomendação pede que a Conferência das Partes adote uma
353 estratégia para a mobilização de recursos em apoio à implementação da Convenção, e solicita que
354 sejam empreendidas consultas informais nas próximas reuniões, de modo que haja oportunidades
355 das delegações discutirem e fornecerem subsídios para que o Secretariado elabore essa estratégia,
356 que será então submetida à consideração da COP de Bohn. Há uma menção à necessidade de que a
357 Conferência das Partes envie uma mensagem sobre financiamento de biodiversidade para uma
358 importante conferência internacional que vai discutir financiamento para o desenvolvimento, em
359 Doha, no ano que vem. Ainda sobre a questão de recursos financeiros, uma importante
360 recomendação adotada nessa reunião define que na próxima COP será adotado um quadro
361 estabelecendo prioridades para utilização dos recursos do GEF, que serão reservados para o campo
362 de biodiversidade. Haverá oportunidade de um diálogo amplo sobre esse assunto às vésperas da
363 COP de Bohn, no dia 17 de maio. Teremos um novo trabalho a fazer internamente, que é o de
364 identificar o que de fato achamos que o GEF deve financiar, a partir de 2010, nessa área de
365 biodiversidade. Houve uma recomendação mencionando a terceira edição do Panorama Global de
366 Biodiversidade, sendo reconhecida sua importância e que o documento estivesse disponível em
367 outros idiomas da ONU. Quanto a isso também houve uma recomendação solicitando que o
368 Secretariado formulasse uma proposta de adaptação do escopo, do formato, da estratégia de
369 comunicação, do plano de financiamento para a terceira edição desse estudo e também a decisão de
370 que esse estudo fosse divulgado antes da COP 10. Por fim, houve uma recomendação que trata da
371 retirada de decisões julgadas ultrapassadas, e outra recomendação que trata da admissão de
372 organizações não-governamentais e outros observadores nas reuniões da Convenção. O Sr. **Braulio**
373 **Dias** comentou que houve também algumas consultas e conversas paralelas de nivelamento de
374 informação sobre o processo de negociação de ABS, que daqui para frente é uma agenda importante

375 no âmbito da Convenção. A Sra. **Maria Adélia** reconheceu que se devia evitar a duplicação de
376 esforços com relação à biodiversidade e mudanças climáticas, mas que há um trabalho muito grande
377 de tentar uma sinergia entre as Convenções. Dentre as emendas sobre áreas vulneráveis, questionou
378 se foram considerados os esforços da Comissão. Com relação ao GEF, perguntou por que foi
379 levantada a possibilidade de suspender suas atividades. Não compreendeu se saiu uma
380 recomendação sobre a forma das diretrizes estabelecidas pelas Partes que direcionarão os recursos
381 do GEF. Questionou se existem novidades a respeito das Partes que se comprometeram a fornecer
382 recursos, e se existia uma cobrança maior, visto que estes estão muito aquém daquilo que foi
383 definido inicialmente. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que no âmbito da CONABIO foram
384 contratados alguns estudos sobre a relação entre mudança climática e biodiversidade, com recursos
385 do PROBIO. Esses, envolveram modelagem em escala regional para ver quais ecossistemas do
386 Brasil seriam mais impactados nesse cenário. Foram concluídos dois estudos sobre a elevação do
387 nível do mar na Região Sudeste e na Baía de Santos, São Vicente, e na foz da Lagoa dos Patos, no
388 Rio Grande do Sul. Também houveram estudos sobre identificação de bioindicadores mais
389 sensíveis à mudança climática, para serem utilizados no futuro em monitoramento. Lembrou do
390 lançamento de uma dessas publicações, coordenada pelo professor Marengo, com resultados
391 interessantes e preocupantes. Em seguida, com base nesse estudo e também em outras informações,
392 foi aprovada na Comissão uma resolução, identificando preliminarmente alguns ecossistemas
393 brasileiros mais vulneráveis à mudança climática, e que merecem por parte da política ambiental
394 mais atenção. Também identificou os tipos de resposta, no âmbito da política ambiental, e se essas
395 seriam adequadas para esses ecossistemas e componentes da biodiversidade mais vulneráveis. O Sr.
396 **Fernando Coimbra** fez uma tradução livre das referências e das regiões vulneráveis para
397 esclarecer esse assunto. O Sr. **Braulio Dias** disse que o GEF recebeu uma identificação de mais de
398 uma centena de prioridades só da Convenção sobre Diversidade Biológica e que teremos que ser
399 mais estratégicos na definição de focos e repassar isso claramente para o GEF. O Sr. **Fernando**
400 **Coimbra** respondendo aos questionamentos da Sra. **Maria Adélia**, disse que a reunião de Doha
401 será posterior à de maio do ano que vem, e que a idéia é que em Bonn, se defina a mensagem da
402 nossa Convenção para o grupo que discutirá o financiamento ao desenvolvimento. A Sra. **Fani**
403 **Mamede** solicitou informações sobre a discussão do texto de Granada, que se trata de um regime
404 internacional de acesso a repartição de benefícios. Perguntou se ele foi reconhecido ou se houve
405 algum outro encaminhamento, e qual o consenso. Depois esclareceu que esse texto foi discutido
406 durante um seminário que aconteceu no Itamaraty, às vésperas da reunião. O Sr. **Fernando**
407 **Coimbra** disse que a discussão sobre o instrumento internacional vai ocorrer em outubro de 2007
408 quando haverá a 5ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre ABS. Disse ainda que essas duas reuniões

409 que ocorreram no começo de junho discutiram de forma muito superficial a questão de repartição de
410 benefícios. Falou que quando trabalharam na discussão de revisão de implementação, constante nas
411 recomendações, trataram de implementar os três objetivos da Convenção. Então, a discussão sobre
412 ABS ainda não aconteceu. Houve uma reunião informal, onde os co-presidentes do Grupo de
413 Trabalho da ABS fizeram uma abordagem informativa sem nenhuma negociação e nenhum avanço.
414 A Sra. **Ione Egler** questionou quanto à antecipação do Japão em se oferecer como próximo
415 hospedeiro da COP 10, se tem alguma relação com a data prevista de fechar o regime de ABS. O Sr.
416 **Fernando Coimbra** disse que devemos considerar o fato da segunda maior economia do mundo se
417 oferecer para sediar uma conferência, na qual há um compromisso de todas as Partes de chegar a
418 um instrumento sobre o assunto. A Sra. **Eliane Anjos** argumentou que na questão de
419 biocombustíveis, a indústria tem percebido que existe uma criação de barreiras não tarifárias, e que
420 sobre esse ponto de vista, não dá para competir, visto que o álcool brasileiro é bem mais barato que
421 qualquer outro combustível. O desmatamento da Amazônia está diminuindo e a produção está
422 aumentando. Falou da questão dos agrocombustíveis e a disponibilidade de áreas para incremento
423 de produtividade e da necessidade de pesquisa científica. Mostrou-se preocupada com a questão da
424 monocultura e como será trabalhada a questão das APPS e reservas legais do Código Florestal, que
425 não prioriza a questão de corredores que ecológicos. O Sr. **Fernando Coimbra** disse que algumas
426 das questões colocadas são mais abrangentes e dizem mais respeito a como o Governo está vendo a
427 questão da produção e uso de biocombustíveis. Essa recomendação que emanou SBSTTA, procura
428 fazer um levantamento no plano internacional de como os países estão enfrentando esses desafios.
429 Havendo uma boa resposta a essa recomendação, nos auxiliará a vislumbrar caminhos e identificar
430 estratégias que permitam a utilização do biocombustível como um fator de desenvolvimento e, ao
431 mesmo tempo ajudará nos esforços de conservação e uso sustentável da biodiversidade. A Sra.
432 **Eliane Anjos** perguntou se até maio o Brasil terá alguma estratégia para tratar essas questões. O Sr.
433 **Fernando Coimbra** esclareceu que estão trabalhando nesse sentido e que o desenvolvimento de
434 políticas está sendo discutido no âmbito do Governo. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que no âmbito
435 desta Comissão o intuito é levantar os aspectos de biocombustíveis mais relevantes para a
436 biodiversidade. A Sra. **Fani Mamede** disse participar dessa discussão e convidou a Sra. Eliane a
437 participar de modo a incluir a questão social e a questão sócio-ambiental, para levarem a questão de
438 uma forma mais contextualizada para fora do País. O Sr. **Lúcio Flores** questionou se houve a
439 participação dos povos indígenas na reunião de Paris e quais os mecanismos para que os indígenas
440 participem da reunião em Montreal. O Sr. **Fernando Coimbra** disse que não, mas que em
441 Montreal, haverá representação. Explicou que essa é uma questão que cabe ser estudada de forma a
442 viabilizar essa participação, pois existem mecanismos de apoio da própria Convenção à participação

443 de lideranças indígenas e de comunidades locais nesses encontros. O Sr. **Braulio Dias** explicou que
444 esse mecanismo de apoio exige a solicitação dos fóruns internacionais de lideranças indígenas para
445 a biodiversidade para fazer as indicações, visto que são poucas vagas. Uma alternativa seria
446 conseguir no País, junto ao Governo ou junto a outras organizações que possam custear essa
447 participação. O Sr. **Fernando Coimbra** esclareceu que os recursos da Convenção prevêm atender
448 a vários países, e que trata-se de uma questão de encontrar maneiras de viabilizar a participação. O
449 Sr. **Charles Clement** perguntou se existe a preocupação, nessas discussões, de como reduzir o
450 consumo per capita desses combustíveis ou se estamos considerando a interface biocombustíveis e
451 biodiversidade sem tratar de impactos negativos ao nosso estilo de vida. O Sr. **Fernando Coimbra**
452 afirmou que há um reconhecimento em diversas instâncias e diversos instrumentos de que é
453 necessário lidar com os padrões insustentáveis de consumo. O Sr. **Braulio Dias** disse existirem
454 vários estudos de matriz energética no Brasil e de consumo mostrando muitas ineficiências e que há
455 espaço de ganho de redução, oferecendo mais energia para quem precisa. A Sra. **Ione Egler** falou
456 que em Paris a preocupação foi discutir todo o ciclo, e que estavam muito focados na questão da
457 produção. Como não se pode analisar uma fonte de energia sem comparar com outra, a idéia é criar
458 uma proposta ou um estudo mostrando desde a produção até o consumo. Nesse estudo, deve
459 considerar o consumo per capita e aquilo que é destinado à produção industrial e não relativo ao
460 País. O Sr. **Túlio Brito** realizou uma apresentação sobre instrumentos econômicos e aproveitou
461 para colocar o que vem sendo feito dentro dessa temática nos Estados Unidos e na Europa, traçando
462 um paralelo com a situação brasileira. Mostrou sete tipos básicos de instrumentos econômicos para
463 gestão ambiental, e dentro de cada um desses tipos, a possibilidade de desenvolver uma série de
464 instrumentos de política. Comentou sobre os tipos de programas básicos adotados pelos Estados
465 Unidos e que a previsão é sempre aumentar os programas de incentivo e a não utilização de terras, e
466 diminuir os incentivos de compras a um preço mínimo de produtos agropecuários. Disse que no
467 Brasil faz-se contrato via leilão. A Europa possui programas semelhantes ao dos Estados Unidos,
468 com objetivo de tirar áreas sensíveis para conservação ambiental do sistema produtivo, porém com
469 foco mais econômico. O objetivo da União européia não é ambiental e sim restringir a produção em
470 determinadas áreas para não deixar ter excesso de produção. Possui um específico ambiental na
471 linha das boas práticas agrônômicas e ambientais. O Governo europeu financia essa perda de
472 lucratividade nos primeiros anos, de modo que o produtor seja compensado, passando de um
473 subsídio econômico para um subsídio ambiental aos produtores rurais. No Brasil seria necessário
474 investimento em pesquisa e em tecnologia, para montar os esquemas e desenvolver os instrumentos
475 econômicos, além de uma definição clara de direitos de propriedade. Os instrumentos econômicos
476 para funcionarem necessitam de grupos de instrumentos de política, comando e controle. Entende-

477 se também que a estruturação da máquina pública também é questão de capacitação, subsídios para
478 manutenção de área de reserva, pagamento do valor do custo e oportunidade. Para a recuperação ou
479 reincorporação de áreas ao processo de produção sustentável, no caso de uma área que já está
480 degradada, se for desenvolvida tecnologia para reincorporar essa área no processo produtivo,
481 diminuirá a necessidade de abertura de novas áreas. A utilização de licenças negociáveis, não se
482 trata de um subsídio. O Código Florestal brasileiro prevê a criação desse instrumento, através de
483 cotas de reserva florestal. Disse por fim, que a CNA acredita ser necessário regulamentar esse
484 instrumento de licença negociável para que produtores rurais. Aqueles que têm área de reserva
485 acima do previsto em lei, terão um estímulo para a manutenção dessas áreas, vendendo as cotas e o
486 excedente para produtores que estão com déficit. O Sr. **Braulio Dias** solicitou o repasse de uma
487 cópia dos termos apontados e a versão eletrônica da apresentação para os membros da Comissão.
488 Um exemplo do que deve ser feito seria o direito da propriedade, em nível federal e estadual, com a
489 criação de reservas de desenvolvimento sustentável e reservas extrativistas onde se dá segurança
490 para uma determinada comunidade de direito de acesso aos recursos naturais daquela área, embora
491 a propriedade seja do Estado, e em compensação eles assumem também certos compromissos,
492 como: fiscalização, limitação do extrativismo, exploração pesqueira, excedendo limites para
493 garantir sustentabilidade. Questionou o que poderia ser feito quanto aos subsídios da parte da União
494 Européia e dos Estados Unidos, que acabam tendo efeitos perversos ao comércio internacional
495 prejudicando também interesses brasileiros. O Sr. **Túlio Dias** explicou que de fato os incentivos
496 para adoção de boas práticas ambientais ou para conservação do meio ambiente, estão fora das
497 regras da OMC. Então, é lícito a Europa pagar em vez de comprar a batata que o produtor europeu
498 está produzindo a um preço três vezes maior do que o preço de mercado e depois colocar no
499 mercado ao preço. Há uma transferência de subsídio econômico para subsídios ambientais.
500 Corroborando com isso têm-se as boas práticas agrônomicas e tecnicamente adequadas. O Estado
501 tem esse direito de transferir um recurso e subsidiar a adoção de boa prática ambiental, aumentando
502 a eficiência e diminuindo o custo de produção, aumentando a competitividade daquele produtor. O
503 O Sr. **Túlio Brito** confirmou a Europa adota práticas desleais com relação ao comercial
504 internacional, pois ficaria mais barato para o europeu importar boa parte da comida do que não
505 produzir, gastando-se mais com imposto para financiar a manutenção da produção rural. Isso é mal
506 visto pela população, de maneira geral. Porém, se o imposto for usado para financiar a adoção de
507 boas práticas ambientais, a conservação da paisagem rural, ou a manutenção de áreas fora do
508 processo produtivo para conservação, reverte-se a situação. Os países europeus e os Estados Unidos
509 usam isso nas negociações internacionais, sendo um subsídio lícito. A Sra. **Fani Mamede** disse que
510 a base do Pró-Ambiente é pagamento sobre serviços ambientais, mas que essa outra visão seria

511 interessante para ser encaminhada. Falou que é preocupante o encaminhamento sem a participação e
512 discussão ampla, pois nessa visão do CNA o Pró-Ambiente fica muito fechado nas lideranças. A
513 Sra. **Fani Mamede** pediu para resgatar o assunto e não encaminhar o documento sem que a
514 CONABIO seja ouvida, visto que não existe nem mesmo dentro da OMC um consenso quanto à
515 conceituação de serviço ambiental, de bens e serviços ambientais. O Sr. **Túlio Brito** explicou que
516 como não existe uma definição do que seja o serviço ambiental, não há uma linha até onde isso
517 atrapalharia o comércio ou não. O Sr. **Braulio Dias** explicou que pagamento de serviço ambiental
518 tem sido uma discussão de longa data no Ministério, liderado pelo Programa Pró-Ambiente, mas
519 que esbarra numa gestão básica e questões de definição, conceito, limites, etc. Como existe um
520 custo precisa-se definir a fonte desse recurso e de uma lei para criar a fonte ou identificá-la dentro
521 do orçamento da União. A partir disso, desenvolver mecanismos de pagamento desse serviço e
522 mecanismos de monitoramento. O Sr. **Braulio Dias** comentou sobre a Câmara Técnica do PANBio
523 que seria implementada, com a proposta de enfatizar três eixos: articulação, informação e
524 capacitação, além de um software chamado e-colegiados, onde a CONABIO se propôs a ser a
525 primeira cobaia. Outros colegiados que têm a ver com o tema de biodiversidade também irão
526 participar, sendo objetivos do programa: evitar duplicidade de agendas, alertar um ao outro de
527 temas que possam ser de interesse comum, para consideração ou convite de outro fórum, etc. O Sr.
528 **Fernando Coimbra** disse que o Itamaraty, está tentando neutralizar essas maneiras de burlar a
529 norma internacional, que nos atingem diretamente em razão do nosso perfil internacional.
530 Questionou ao Sr. Túlio quais poderiam ser os pagamentos a serviços ambientais que ele estimaria
531 que não teriam efeitos prejudiciais ao comércio. O Sr. **Túlio Brito** disse que principalmente o
532 subsídio para manutenção de áreas de reserva fora do sistema de produção. Lembrou que sempre
533 que se mexe no fluxo de dinheiro, vai entrar ou sair dinheiro de algum agente econômico, tendo
534 uma influência no desempenho e na competitividade dele no contexto geral. Entrando dinheiro para
535 todos os produtores rurais do Brasil, a influência disso no preço dos produtos poderia ser maior ou
536 menor, dependendo do produto. Mas pensando na manutenção de áreas fora da produção, terá uma
537 influência no mercado interno, pois áreas poderiam ser mais produtivas, gerando maior oferta e
538 diminuição de preço. No mercado interno, teria esse efeito de no mínimo não crescimento da
539 produção. Mas, pensando no mercado internacional, o produtor ganharia o valor relativo ao lucro
540 que ele teria naquela área, não utilizada, não havendo risco. Não havendo um subsídio direto à
541 produção, mantando a área de reserva fora da produção, decorreria em menor impacto sobre o
542 comércio. A Sra. **Eliane Anjos** questionou como ficariam o alcoolduto, uso de meio fluvial, as
543 diversas modalidades: modal terrestre, marítima, fluvial e portos; como seriam considerados os
544 impactos ambientais, a questão da recursos humanos e impactos sociais, biodiesel e biogás.

545 Questionou ainda sobre a discussão da cadeia produtiva, como seriam pagos os serviços ambientais.
546 Sobre o Código Florestal, APPs e reservas legais disse que não criadas para prejudicar quem tem
547 propriedade rural neste País, porém ninguém paga essa conta. Como sociedade, deveria-se pensar
548 em remunerar quem protege as nascentes de água. O Sr. **Braulio Dias** pediu que se tomasse
549 cuidado de realizar essa discussão ao abrigo do marco legal atual, como a Constituição, quanto à
550 questão de qualificação do direito da propriedade, e exigir de cada proprietário o respeito ao meio
551 ambiente, a proteção do meio ambiente, etc., e o Código Florestal de APPs e reservas legais.
552 Acrescentou que APP é sim uma restrição, e o proprietário não pode fazer nada para benefício
553 próprio. Tentou focar a reunião dizendo que uma coisa é discutir mecanismos compatíveis com o
554 marco legal atual; e outra coisa, discutir eventuais propostas de Projetos de Lei para modificação do
555 marco legal, onde se possam incorporar essas questões. Exemplificou através da lei de recursos
556 hídricos, que identificou a água como um bem econômico e deu poder de se cobrar pela água em si
557 e não só tratamento e transporte. Isso está sendo implementado lentamente porque precisa
558 regulamentação não só em nível federal, como no estadual, porque a maioria dos Comitês de Bacias
559 é estadual, e a maioria dos Estados ainda não regulamentou isso. Outros exemplos que ainda podem
560 demorar certo tempo para amadurecer e gerar todos seus mecanismos de implementação: questão de
561 crédito de carbono e o MDL, que é um pagamento para um serviço ambiental. Alegou que essa
562 discussão precisa ser ampliada. A Sra. **Eliane Anjos** questionou sobre o que poderia ser feito,
563 quando se fala de reserva legal, incluindo APP e preservação da biodiversidade. Entendeu que
564 dentro do Código Florestal existe uma modalidade de cotas de reserva florestal que não foram
565 regulamentadas. Provocou a CONABIO como realizar essa regulamentação e citou alguns
566 exemplos. O Sr. **Braulio Dias** disse existir um grande leque de possibilidades, que exigem uma
567 discussão, como o ICMS Ecológico. A Sra. **Eliane Anjos** colocou sua preocupação se a Comissão
568 deve realmente entrar numa discussão sobre o conteúdo da minuta que foi colocada, e que
569 acreditava existir elementos suficientes para mostrar que a Comissão está trabalhando a questão de
570 biodiversidade. Sobre a questão de como remunerar serviços ambientais relacionados à
571 biodiversidade, sugeriu criar um grupo e organizar um seminário. O Sr. **Braulio Dias** disse que
572 muitos dos temas levantados extrapolam a questão da biodiversidade, mas afetam-na e que
573 enxergava a Comissão como relevante para que os aspectos da biodiversidade sejam tratados
574 adequadamente em políticas públicas, e que ninguém melhor do que esta Comissão para definir
575 critérios de sustentabilidade para a biodiversidade. Falou que muitos temas relativos à
576 biodiversidade têm alcançado avanços, mas que a Comissão deve ter em mente, que não irá
577 conseguir resolver todos os problemas de políticas públicas. A Sra. **Márcia Chame** disse crer que
578 muitas deliberações aprovadas pela Comissão ou não surtiram efeito ou não são cumpridas. O Sr.

579 **Rogério Dias** disse que a minuta de deliberação sobre biocombustíveis e biodiversidade abrangia
580 diferentes áreas e que ele não se sentia em condição de avaliar todas. Sugeriu chamar vários
581 especialistas para identificar e propor ações prioritárias de monitoramento, avaliação, prevenção e
582 mitigação de impactos. Isso justificaria a criação de uma Câmara Técnica, com a participação do
583 pessoal de Minas e Energia e setores que têm áreas específicas tratando do assunto, como MDA, o
584 Ministério da Agricultura, e provavelmente o MCT. O resultado do trabalho dessa câmara seria
585 apresentado para a Comissão. O Sr. **Braulio Dias** disse que a criação de uma Câmara Técnica
586 poderia ser um caminho de como avançarmos. A Sra. **Fani Mamede** apoiou a proposta. O Sr.
587 **Fernando Coimbra** destacou a importância de atribuir um mandato para a Câmara e focar sua
588 atuação de maneira que possa realizar sua contribuição dentro do mandato. Também concordou que
589 na minuta, várias questões fugiam à competência da CONABIO, e disse considerar fundamental
590 levar em conta o debate que está sendo conduzido no Governo. Sugeriu assegurar a participação da
591 Casa Civil, que está coordenando esse exercício no âmbito do Governo. Alguns membros da
592 Comissão sugeriram criar essa CT no âmbito do PANBio. A Sra. **Márcia Chame** salientou a
593 importância da participação de outros atores importantes do ponto de vista de Governo, que
594 coordenam essa política, no caso a Casa Civil e o Ministério de Minas e Energia. O Sr. **Braulio**
595 **Dias** comentou que no seminário sobre biocombustíveis e biodiversidade, no primeiro semestre do
596 ano, foram convidados representantes da Casa Civil, especialistas do Ministério da Agricultura e da
597 Embrapa, e uma série de outros especialistas. Com a criação da CT pode-se convidar outros atores e
598 setores a se integrarem nessa discussão. O Sr. **Fernando Coimbra** concordou com a proposta de
599 criação de uma Câmara Técnica e falou para se evitar a duplicação de esforços. O Sr. **Braulio Dias**
600 explicou o papel das Câmaras Técnicas que não deliberam, e sim aprofundam a discussão, trazem
601 convidados, elaboram propostas e fazem recomendações para o Plenário. Depois passou para
602 deliberação de dois assuntos da pauta: a proposta de moção e o tipo de encaminhamento da
603 discussão sobre biocombustíveis e biodiversidade. Perguntou se haviam comentários sobre a
604 moção. Foram feitas algumas colocações para melhoria da redação e discutido seu
605 encaminhamento. Também falou que seria preciso concluir a discussão do calendário de grandes
606 temas da CONABIO antes de incluir um novo tema de caráter geral na agenda. Falta discutir a
607 questão dos biocombustíveis e do PAC, e em seguida colocar na pauta recursos hídricos, para
608 fechar a agenda. O Sr. **Braulio Dias** disse que atualmente existem legislações recentes, como a Lei
609 de Gestão de Florestas Públicas, onde fica proibido por lei que terras públicas ocupadas por
610 florestas nativas possam ter outra destinação que significa a sua destruição. O Sr. **Herbert**
611 **Schubart** disse que essa moção trata-se de um assunto bastante urgente e dentro do tema direto,
612 uma pesquisa sobre biodiversidade na Amazônia, de um projeto de longo prazo que está sendo

613 ameaçado agora por esses assentamentos. A Sra. **Márcia Chame** questionou se já houve alguma
614 solicitação ao Ministério Público e o Sr. **Charles Clement** explicou que a diretoria do INPA, ao
615 longo dos últimos quatro anos, tem preferido tentar negociar para manter as boas relações com a
616 SUFRAMA, e não entrar no Ministério ainda, mas o diretor deu essa autorização para entrar, caso
617 essa tentativa com a CONABIO e o CONAMA não der resultado. O Sr. **Braulio Dias** colocou a
618 moção para mais alguma sugestão, e como não houve, foi aprovada por 12 votos a favor e nenhuma
619 abstenção. Passou-se a discutir a criação de um Grupo de Trabalho ou uma Câmara Técnica para
620 aprofundar a questão de biodiversidade e biocombustíveis, e da necessidade de convidar algumas
621 instituições ou pessoas especialistas e trazer no plenário da CONABIO e elaborar uma proposta
622 mais arredondada. A Sra. **Grace Pereira** levantou a possibilidade de, ao invés de criar mais uma
623 Câmara, fazer um Grupo de Trabalho vinculado à Câmara do PANBIO. O Sr. **Braulio Dias** alertou
624 que se a Comissão demorar alguns meses para essa discussão, o que se fizer depois poderá ser
625 irrelevante, visto que a Casa Civil está conduzindo um processo de discussão de Selo Verde para
626 etanol, a possibilidade de estender o Selo Social de Biodiesel para um Selo Sócio-ambiental, está em
627 discussão a questão de regras para zoneamento e áreas cultivadas com agrotóxicos. No seminário de
628 discussão no âmbito da CONABIO, feito numa reunião extraordinária, houveram palestras da Casa
629 Civil, do Ministério da Agricultura, da EMBRAPA, especialistas contratados pelo CGEE, pelo
630 NAI, alguns especialistas de universidades, alguns especialistas de ONGs sobre a questão da
631 expansão do álcool ou questões do biodiesel. O Sr. **Lídio Coradin** lembrou da reunião do órgão no
632 Ministério e no órgão subsidiário de assessoramento técnico e tecnológico em Paris onde se discutiu
633 bastante esse assunto, e houve uma pressão muito forte com relação à certificação. Agora o
634 Governo estaria pensando realmente em avançar com a idéia da certificação como uma forma de
635 atender um pouco à expressão que está vindo, inclusive da área internacional. Concordou na criação
636 de uma Câmara Técnica específica, temporária para discutir o assunto. O Sr. **César Vitor** mostrou-
637 se incomodado em chamar a expansão de agroenergia impacto positivo no sentido de reduzir
638 disparidades regionais e redução da perda de biodiversidade. No momento que existe esse programa
639 de agroenergia e que pouco se fala nas medidas de proteção, de minimização de impactos
640 ambientais, fica-se realmente preocupado no momento que deparamos com essa proposta. Outra
641 questão é que tem se falado que a agroenergia não vai atingir a Amazônia, nem a Mata Atlântica,
642 então, obviamente vai atingir o Cerrado. Concordou na criação de uma Câmara Técnica específica
643 para esse assunto para sair com uma deliberação e dar oportunidade dos diversos segmentos
644 poderem expressar sua opinião. O Sr. **Braulio Dias** lembrou que o documento que trata da política
645 do Governo para a área de biocombustíveis foi passado quando a Casa Civil veio fazer sua
646 apresentação sobre biodiesel, onde apresentaram todo o marco legal, todos os documentos,

647 distribuíram cópias, e acrescentou que a palestra está disponível na internet, no site da CONABIO, e
648 que existem sites na Internet com toda essa política de governo para biocombustíveis. A Sra. **Maria**
649 **Adélia** disse que não poderia deixar de considerar o papel do biocombustível na matriz energética. O
650 Sr. **Braulio Dias** solicitou mais sugestões de instrumentos de política para assegurar que o
651 desenvolvimento dos programas de biocombustíveis não irão causar impactos negativos sobre a
652 biodiversidade, e aproveitarão experiências de boas práticas para assegurar o uso sustentável,
653 considerando tanto os aspectos de conservação como de uso sustentável. A questão de consumo é
654 relevante e deve-se verificar se existe algum instrumento de política focada na biodiversidade. Após
655 algumas discussões sobre vinculação ou não da CT ao PANBio, disse que o produto final da nossa
656 discussão tem que resultar em alguma deliberação, ou uma resolução e questionou os membros se
657 havia consenso do grupo da criar uma Câmara Técnica específica para essa questão de
658 biocombustíveis e biodiversidade. O Sr. **Herbert Schubart** propôs que a CT tivesse um mandato
659 muito bem definido e com foco no impacto sobre a biodiversidade. Sugeriu a criação de um termo
660 de referência, uma análise de risco e uma avaliação. A Sra. **Iolita Bampi** propôs a elaboração de um
661 projeto de monitoramento, propor diretrizes ou indicadores. A Sra. **Márcia Chame** disse que além
662 de monitorar, precisa-se trazer modelos de previsibilidade de impacto. O Sr. **Braulio Dias** disse que
663 uma coisa é identificar e propor diretrizes e que seria desejável fazer análise de cenário. Também é
664 perfeitamente válido ter um programa de monitoramento em que se coleta de indicadores e compara
665 com as metas ou com a linha base anterior. Além de monitorar, também é importante que se tenha
666 capacidade de prever o grau de impacto dessas novas políticas, instrumentos de incentivo
667 econômico, etc., para poder interferir na negociação. Não são apenas estudos, mas analisar o que já
668 foi incorporado em instrumentos e políticas públicas referentes a essa questão de avaliações e de
669 impactos sobre a biodiversidade dos biocombustíveis. O zoneamento deve levar em consideração o
670 mapa das áreas prioritárias para a biodiversidade. Outra questão são as espécies nativas que
671 poderiam receber mais atenção para a produção particularmente de biodiesel, sendo um
672 aproveitamento da nossa biodiversidade, etc. Discutiu-se a questão de boas práticas e decidiu-se por
673 deixar como tarefa para a CT “identificar e propor instrumentos de incentivo econômico que fossem
674 adequados para promover a conservação da biodiversidade no contexto dos programas de
675 biocombustíveis” e colocar um lembrete sobre “boas práticas e passivos ambientais”. Criou-se a
676 Câmara Técnica Temporária sobre Biodiversidade e Biocombustíveis, discutiu-se a composição da
677 CT e um mandato de três meses, podendo ser prorrogado. Eu, Érica Frazão Pereira lavrei a presente
678 ata.